



**Demonstrações Financeiras Consolidadas
de acordo com as normas internacionais
de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo
IASB**



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais Consolidados

Demonstração Consolidada do Resultado

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Nota 1	Contexto operacional
Nota 2	Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas
Nota 3	Práticas contábeis e critérios de apuração
Nota 4	Gestão de riscos financeiros
Nota 5	Caixa e equivalentes a caixa
Nota 6	Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros
Nota 7	Empréstimos e recebíveis
Nota 8	Ativos não correntes para venda
Nota 9	Ativo tangível
Nota 10	Ativo Intangível
Nota 11	Compromissos
Nota 12	Outros ativos
Nota 13	Passivos financeiros ao custo amortizado
Nota 14	Outros passivos financeiros
Nota 15	Outras provisões
Nota 16	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
Nota 17	Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Nota 18	Impostos correntes e diferidos
Nota 19	Patrimônio Líquido
Nota 20	Garantias
Nota 21	Receitas com juros e similares
Nota 22	Despesas com juros e similares
Nota 23	Receitas de tarifas e comissões
Nota 24	Outras receitas (despesas) operacionais
Nota 25	Despesas administrativas
Nota 26	Transações com partes relacionadas
Nota 27	Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido (IFRS)
Nota 28	Benefícios pós-emprego



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras

consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
DISPONIBILIDADES	5	679.986	384.505
Depósitos Bancários		23	12
Aplicações financeiras		679.963	384.493
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	6	834.660	969.199
Títulos e Valores Mobiliários para Negociação e Instrumentos Financeiros		834.660	969.199
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	6	393.157	196.639
Cotas de Fundo de Investimento		385.506	192.247
Participações Acionárias		7.651	4.392
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	6	1.045.915	867.175
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros		1.045.915	867.175
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	7	13.386.849	12.308.590
Empréstimos		344.946	171.502
Financiamentos		5.077.302	4.829.129
Crédito Rural		8.036.766	7.347.625
Outros Créditos		105.661	110.571
Impairment de Empréstimos e Recebíveis		(177.826)	(150.237)
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	8	14.690	513
Bens não de Uso		15.095	1.586
Impairment de Bens não de Uso		(405)	(1.073)
ATIVO TANGÍVEL	9	35.284	35.713
Imobilizado de Uso		35.284	35.713
ATIVO INTANGÍVEL	10	8.816	11.436
Gastos com Desenvolvimento Tecnológico		8.816	11.436
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	18	311.124	257.244
Correntes		45.560	45.676
Diferidos		265.564	211.568
OUTROS ATIVOS	12	112.214	108.730
Depósitos em Garantia		100.296	96.105
Pagamentos a Ressarcir		1.193	1.468
Diversos		10.725	11.157
TOTAL DO ATIVO		<u>16.822.695</u>	<u>15.139.744</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		<u>13.573.696</u>	<u>12.221.949</u>
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	13.164.111	12.000.261
Outros Passivos Financeiros	14	409.585	221.688
PROVISÕES ATUARIAIS	<u>28</u>	<u>100.842</u>	<u>70.122</u>
Obrigações com benefícios de aposentadoria		100.842	70.122
OUTRAS PROVISÕES	<u>15</u>	<u>173.455</u>	<u>141.543</u>
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	105.993	96.598
Despesas de Pessoal		43.453	44.945
Provisão para avais e fianças bancárias		24.009	
PASSIVOS FISCAIS	<u>18</u>	<u>274.350</u>	<u>207.251</u>
Correntes		226.103	157.703
Diferidos		48.247	49.548
OUTRAS OBRIGAÇÕES		<u>30.098</u>	<u>28.357</u>
Impostos e Contribuições a Recolher		12.663	11.287
Diversas		17.435	17.070
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>14.152.441</u></u>	<u><u>12.669.222</u></u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>19</u>	<u>2.698.472</u>	<u>2.485.393</u>
Capital Social		971.670	888.567
Reservas		1.510.737	1.476.151
Lucros acumulados		216.065	120.675
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		<u>(28.218)</u>	<u>(14.871)</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		590	(922)
Obrigações com benefícios de aposentadoria		(28.808)	(13.949)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.670.254</u></u>	<u><u>2.470.522</u></u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>16.822.695</u></u>	<u><u>15.139.744</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota		
	<u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas com Juros e Similares	21	1.312.361	1.267.999
Despesas com Juros e Similares	22	(548.356)	(645.362)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		<u>764.005</u>	<u>622.637</u>
Receita de Tarifas e Comissões	23	42.684	40.141
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24	(5.120)	14.677
TOTAL DE RECEITAS		<u>801.569</u>	<u>677.455</u>
Despesas Administrativas	25	<u>(229.152)</u>	<u>(208.354)</u>
Despesas com Pessoal		(184.862)	(167.136)
Outras Despesas Administrativas		(44.290)	(41.218)
Depreciação e Amortização		(6.656)	(6.246)
Provisões Atuariais (Líquidas)	28	(11.619)	(11.914)
Provisões (Líquidas)	16	(27.156)	(13.346)
Ganhos (Perdas) com Empréstimos e Recebíveis (Líquidas)	7	(135.822)	(142.478)
Ganhos (Perdas) com Outros Ativos (Líquidas)		293	184
Ganhos Líquidos na Alienação de Bens não correntes não destinados à venda		200	89
Ganhos Líquidos na Alienação de Ativos não correntes para venda	8	426	24.989
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		<u>392.083</u>	<u>320.379</u>
Impostos sobre a Renda	18	(179.004)	(83.628)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		<u><u>213.079</u></u>	<u><u>236.751</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota		
	Explicativa	2016	2015
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO:			
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		213.079	236.751
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS		(13.347)	8.196
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	6	3.259	(4.809)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	28	(24.804)	17.979
Efeito tributário sobre outros resultados abrangentes	18 (b)	8.198	(4.974)
TOTAL		199.732	244.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de capital Fundo regimental	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015	<u>685.303</u>	<u>709</u>	<u>1.415.718</u>	<u>(23.066)</u>	<u>146.912</u>	<u>2.225.576</u>
Aumento de capital	203.264		(203.264)			
Outros resultados abrangentes				8.195		8.195
Lucro líquido do exercício					236.751	236.751
Constituição de reservas			262.988		(262.988)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>888.567</u>	<u>709</u>	<u>1.475.442</u>	<u>(14.871)</u>	<u>120.675</u>	<u>2.470.522</u>
Aumento de capital	83.103		(83.103)			
Outros resultados abrangentes				(13.347)		(13.347)
Lucro líquido do exercício					213.079	213.079
Constituição de reservas			117.689		(117.689)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>971.670</u>	<u>709</u>	<u>1.510.028</u>	<u>(28.218)</u>	<u>216.065</u>	<u>2.670.254</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido consolidado ajustado	346.936	354.599
Lucro líquido do exercício	213.079	236.751
Depreciação e amortização	6.656	6.246
Perdas com outros ativos - Bens não de uso (líquidas)	(293)	(184)
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	135.822	142.478
Provisão atuarial e para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	38.775	25.259
(Ganhos)/Perdas de capital	(4)	(45)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47.099)	(55.906)
(Aumento) redução líquido nos ativos operacionais	<u>(1.290.169)</u>	<u>(1.283.948)</u>
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	134.539	(28.480)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(193.259)	(45.011)
Empréstimos e recebíveis	(1.214.081)	(1.317.007)
Ativos não correntes para a venda	(13.884)	49.381
Outros ativos	(3.484)	57.169
Aumento (redução) líquido nos passivos operacionais	<u>1.421.055</u>	<u>1.280.920</u>
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		(89)
Passivo financeiro ao custo amortizado	1.351.747	1.344.623
Provisões	(947)	(66.166)
Passivos fiscais	68.515	2.108
Outras obrigações	1.740	444
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>477.822</u>	<u>351.571</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em	<u>(3.753)</u>	<u>(4.406)</u>
Ativo tangível	(3.015)	(2.613)
Ativo intangível	(738)	(1.793)
Alienação de investimentos		
Ativo tangível	<u>150</u>	<u>8</u>
(Aumento) redução líquido nas Atividades de Investimento		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>(178.740)</u>	<u>(515.559)</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(182.343)</u>	<u>(519.957)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>295.480</u>	<u>(168.386)</u>
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício (Nota 5)	<u>384.506</u>	<u>552.891</u>
Disponibilidades	384.506	552.891
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício (Nota 5)	<u>679.986</u>	<u>384.505</u>
Disponibilidades	679.986	384.505

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº. 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação se realiza através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região. Os recursos repassados pelo Banco são oriundos principalmente do sistema BNDES-FINAME.

A administração do BRDE localiza-se na Rua Uruguai, nº 155, 4º andar, Centro, CEP 90.010-140, Porto Alegre – RS.

O BRDE possui três agências situadas nas capitais da Região Sul, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, que atendem às demandas de cada Estado, localizadas nos seguintes endereços:

- Agência do Paraná: Av. João Gualberto, n° 570 CEP: 80.030-900 Curitiba – PR

- Agência de Santa Catarina: Av. Hercílio Luz, n° 617 CEP: 88.020-000 Florianópolis – SC

- Agência do Rio Grande do Sul: Rua Uruguai, n° 155 – Térreo CEP: 90.010-140 Porto Alegre – RS

Desde 2009, o banco vem também atuando no Mato Grosso do Sul, estado limítrofe à região de atuação do BRDE e membro integrante do CODESUL, através de um espaço de divulgação localizado no seguinte endereço:

- Escritório de Mato Grosso do Sul: Av. Afonso Pena, n° 5723 - sala 405 CEP: 79.031-010 - Campo Grande – MS.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

(a) Normas internacionais de contabilidade e autorização para conclusão

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON). O Banco aplicou as regras da IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro na preparação do balanço de abertura em 01 de janeiro de 2010, data de transição para as IFRSs.

As demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 21 de março de 2017.

As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas contêm informações complementares às apresentadas nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente, nas mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa. As notas explicativas fornecem, de forma relevante e clara as descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações financeiras.

A reconciliação e a descrição dos efeitos das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado estão demonstradas na Nota 27.

(b) Base de avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado e o custo atribuído a certos ativos tangíveis.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na Nota 2 (d).

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(c) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2016

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Banco iniciados em 1º de janeiro de 2017, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. A IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Emissões do IFRS 9 em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituíram trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Em julho 2014 houve a publicação que representa a versão final da norma, substituindo as versões anteriores do IFRS 9 e completando o projeto do IASB para substituir o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O pacote de melhorias introduzidas pelo IFRS 9 inclui um modelo lógico para a classificação e mensuração, modelo de imparidade de "perda esperada" e revisão da contabilidade de hedge. O IFRS 9 é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes foi publicada em maio de 2014 em substituição a maior parte da orientação sobre o reconhecimento de receitas em vigor. A norma visa eliminar as incoerências e fraquezas nos padrões de reconhecimento da receita, fornecendo um modelo de reconhecimento único a fim de melhorar a comparabilidade das informações e simplificar a elaboração das demonstrações financeiras. A norma não atinge contratos de entrega de bens ou serviços quando se tratarem de arrendamento mercantil, seguros, direitos ou obrigações abrangidos pela orientação de determinados instrumentos financeiros, garantias, entre outros. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Banco entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, exceto para a IFRS 9, para a qual o BRDE está se preparando para os impactos decorrentes da adoção.

(d) Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em acordo com a IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

Impairment de Empréstimos e Recebíveis

O BRDE revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para perdas sobre créditos que deve ser registrada nas demonstrações financeiras consolidadas para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, o BRDE exerce seu julgamento para determinar se evidências objetivas indicam que ocorreu um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas nas Notas 3 (e), 4.1 e 7 (e).

Mensuração dos demais ativos financeiros

As operações compromissadas são registradas pelo custo de aquisição e ajustadas diariamente pelo rendimento proporcional auferido com base na taxa de remuneração contratada. Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos conforme a intenção de negociação, sendo classificados como “para negociação” caso sejam adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente ou “mantidos até o vencimento”, quando há a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

Os títulos públicos federais classificados na categoria de “Títulos para Negociação” são registrados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado. Os títulos classificados em “Mantidos até o vencimento” são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em base pro rata dia, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Planos de pensão de benefício definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido e outras provisões atuariais são obtidos por cálculos atuariais, determinados a partir de uma

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, estão a taxa de desconto e as tábuas de mortalidade. Mudanças nas premissas deverão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O BRDE determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O BRDE revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com razoável segurança.

Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 16.

(e) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(f) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O capital apurado nas demonstrações locais (BRGAAP) e do Conglomerado Prudencial é o referencial para a gestão.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(g) Entidades consolidadas

O BRDE constituiu o Fundo de Investimento BB Pólo 27 (Entidade de Propósito Específico) para gerenciar sua carteira de títulos. Os critérios e procedimentos para avaliar a necessidade de consolidação levam em conta, entre outros fatores, os riscos e os benefícios retidos pelo BRDE e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco.

O BB Pólo 27 Fundo de Investimento Renda Fixa de Longo Prazo, administrado pela BB Administração de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando suas aplicações de recursos em ativos e operações de renda fixa. O BRDE é cotista exclusivo do Fundo e desta forma está exposto aos riscos e benefícios gerados pelo mesmo. No intuito de alcançar o seu objetivo, o Fundo aplica seus recursos em títulos públicos e privados com perfil de renda fixa e em operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2016, o Fundo de Investimento apresentou Patrimônio Líquido consolidado pelo BRDE no montante de R\$ 2.560.492 (R\$ 2.220.833 - 31/12/2015). No exercício de 2016, o lucro líquido consolidado pelo Banco foi R\$ 317.322 (R\$ 256.622 em 2015).

3. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

(a) Base para consolidação

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as do fundo de investimento exclusivo, somando os saldos de itens de mesma natureza, eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Os instrumentos financeiros ativos consolidados que compõem a base da carteira de títulos do BB Pólo 27 foram identificados nas demonstrações consolidadas de acordo com a sua natureza, sendo classificados como: “Ativo Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado”, quando representam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

quais existia evidência de um padrão recente de realização de lucros no curto prazo; e como “Ativo Financeiro mantido até o vencimento”, que incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os ativos de alta liquidez, mantidos com vistas a atender compromissos de caixa de curto prazo foram classificados em “Aplicações Financeiras”.

(b) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os Instrumentos Financeiros são classificados em categorias distintas e por consequência lançados em contas no Balanço Patrimonial específicas, tais como:

- *Empréstimos e Recebíveis:* são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo e que o Banco não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo. Classificam-se nessa categoria os empréstimos e créditos concedidos pelo Banco, com o objetivo de mantê-los por longo prazo, sem realização a curto prazo e sem existência de um mercado ativo (atualização de acordo com as regras contratuais). Os empréstimos e recebíveis são inicialmente mensurados pelo valor justo mais os custos diretos de transação e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
- *Mantidos até o vencimento:* São ativos financeiros não derivativos onde são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis. A atualização é procedida de acordo com as regras contratuais, sendo os reflexos da atualização lançados diretamente no resultado (Receitas).
- *Ao valor justo no resultado:* ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. As atualizações destes instrumentos financeiros são efetuadas pelo valor justo, porém são refletidas diretamente no resultado (Receitas). São classificados neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de negociação no curto prazo.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

- *Disponíveis para venda:* São classificados como disponíveis para venda os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes ao valor de mercado, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (impairment).

iii. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- *Ao valor justo no resultado:* essa categoria inclui passivos financeiros originados de operações com derivativos, efetuadas exclusivamente para proteger os títulos e valores mobiliários constantes nas demonstrações consolidadas.

- *Passivo financeiro ao custo amortizado:* são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Classificam-se nesta categoria os empréstimos e repasses tomados pelo Banco, normalmente exigíveis a longo prazo. A atualização destes ativos é refletida diretamente no resultado (Despesas).

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como “hedge” de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

(c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado são subseqüentemente contabilizados pelo valor justo. Empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de "ativos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado" são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser desreconhecido ou estar *impaired*. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários categorizados como disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício.

Os dividendos de título patrimonial registrado como disponível para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra (*bid price*). Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

iii. Técnicas de avaliação

Os instrumentos financeiros foram mensurados conforme a norma IAS 39. A metodologia utilizada é descrita na Nota Explicativa 4.4.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Via de regra, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente “Ajustes ao valor de mercado”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Instrumentos financeiros derivativos

As receitas e despesas dos ajustes diários das operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas diretamente nas contas de resultado em contrapartida às respectivas contas patrimoniais nos grupos de valores a receber ou valores a pagar. O Banco efetua operações com derivativos exclusivamente para proteger os títulos e valores mobiliários constantes nas demonstrações consolidadas.

(d) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o BRDE transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para desreconhecimento de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o BRDE deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o desreconhecimento. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando forem liquidados ou extintos.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(e) Ativos financeiros não recuperáveis

Um ativo financeiro deve ser considerado como não recuperável quando houver evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e cujo impacto possa ser fielmente mensurado nos fluxos de caixa futuros estimados.

O Banco avalia em cada encerramento de exercício a existência de manifestação clara de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja em situação evidente de não recuperabilidade. Os critérios quanto à definição de evidência de perda para fins de IFRS utilizados pelo BRDE são mencionados na Nota 4 (Gestão de Riscos Financeiros).

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada. O período utilizado pela Administração é de 12 meses, face ao atendimento da revisão periódica obrigatória do risco de crédito. Em casos excepcionais, períodos mais longos podem ser usados.

O critério de avaliação quanto à existência objetiva de “impairment” utilizado pelo BRDE avalia de forma individual os ativos financeiros que são considerados pela Administração como significativos e de forma coletiva os ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. O BRDE considera como significativas as operações que superem 0,5% do seu Patrimônio Líquido.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram segregados de acordo com o seu nível de comprometimento e representatividade na carteira de crédito do Banco e sofreram uma avaliação particular em todos os casos que apresentaram evidência objetiva de “impairment”. No que tange aos demais ativos significativos, porém sem evidência objetiva de perda, foram reunidos num grupo de ativos financeiros de características similares de risco de crédito e avaliados coletivamente.

Os ativos financeiros não classificados como significativos também são segregados em clientes com evidência e sem evidência de impairment, no entanto são avaliados conjuntamente em grupos homogêneos, obedecendo aos critérios identificados nos relatórios gerenciais de acompanhamento de inadimplência do Banco.

Demais definições referentes à apuração do Impairment constam na Nota 4.1 e os valores apurados na Nota 7 (e).

(f) Outros ativos não recuperáveis

Os ativos são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

custos necessários para vender e o valor em uso.

A melhor evidência do valor justo é um contrato de venda firmado entre partes independentes ou quando não houver mercado ativo, a melhor estimativa da administração, considerando o resultado de transações recentes com ativos similares em um mesmo ramo de negócios. O valor líquido de venda leva em consideração o valor justo do bem descontado dos custos relacionados à venda, incluindo impostos, transporte, custos de anúncio, entre outros. Havendo contrato de venda de algum ativo classificado em Ativo Tangível, o Banco efetua a transferência para o grupo Ativos não Correntes para a Venda, conforme regras da IFRS 5.

O valor em uso só é mensurado pelo Banco caso não haja a possibilidade de mensurar o justo menos os custos necessários para a venda.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados para a análise de uma possível reversão ou acréscimo do “impairment” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(g) Ativos não correntes para venda

Ativos não correntes para venda incluem o valor contábil de itens individuais, cuja venda é provável e deva ocorrer em até 1 ano da data das demonstrações financeiras. São geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos os custos necessários para vender e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria, sem a incidência de depreciação.

Perdas na alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos Líquidos na Alienação de Bens não correntes para venda” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com ativos não circulantes destinados à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado, limitados às perdas por “impairment”.

(h) Ativo tangível

Ativo tangível inclui ativos usados no fornecimento de serviços descontados de quaisquer perdas por não recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável). O Banco testa o valor de recuperação de seus ativos tangíveis anualmente.

O pronunciamento IFRS 1 prevê que na adoção inicial do Pronunciamento Técnico IAS 16, o Banco possa, na hipótese de identificação de bens em que o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, adotar o custo atribuído para a definição do novo custo

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

contábil. O BRDE optou por avaliar terrenos e edificações ao valor justo, reconhecendo as diferenças no balanço de abertura em contrapartida ao patrimônio líquido.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos ou custo atribuído menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

O encargo de depreciação do ativo tangível é reconhecido na demonstração consolidada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações	4%
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%
Sistemas de processamento de dados	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio refletem o período que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pelo Banco. Caso sejam detectadas variações significativas na vida útil dos ativos, são ajustados os encargos de depreciação a serem reconhecidos na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas expectativas.

Os itens do ativo tangível são baixados por ocasião de venda ou quando não se esperam mais benefícios econômicos futuros do seu uso ou alienação. Os ganhos na alienação são registrados na conta "Ganhos Líquidos na Alienação de Bens não correntes não destinados à venda".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

(i) Ativo intangível

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2016, o BRDE não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida e seus ativos com vida útil definida possuem taxas de amortização de 20% ao ano.

(j) Outros ativos

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

(k) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias, inclusive demais impostos não enquadrados como "Passivos Fiscais".

(l) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores do Banco, ao elaborarem suas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- *Provisões*: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- *Passivos contingentes*: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco.
- *Ativos contingentes*: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de eventos além do controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja provável que a obrigação

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

tenha de ser liquidada e o valor possa ser estimado com razoável segurança. Conforme o IAS 37, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as consequências do evento que lhes deu origem, e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

(m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas com juros, despesas com juros e similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza.

Tarifas cobradas pela entidade por serviços de obtenção de empréstimos são reconhecidas como receita assim que os serviços forem prestados. As tarifas cobradas pelo BRDE (tais como as tarifas de cadastro, análise, fiscalização, alteração de garantias, parecer técnico, entre outras), possuem esta característica e recebem o tratamento de apropriação na medida em que os serviços são executados e cobrados, não havendo a necessidade de diferimento em seu reconhecimento.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(n) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer.

O Banco não contabiliza em seu passivo os avais concedidos a terceiros, porém revisa periodicamente a determinação do risco de crédito a que estão expostos e considera se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

(o) Benefícios pós-emprego:

Conforme o IAS 19, nos planos de contribuição definida, uma entidade paga contribuições a uma entidade separada (um fundo) e não terá qualquer obrigação de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores. A Norma exige que o Banco reconheça as contribuições para um plano de contribuição definida quando o empregado tiver prestado serviço em troca dessas contribuições.

O Banco possui obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais referentes aos planos de benefício pós-emprego com características de benefício definido caso o respectivo fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Reconhece um passivo (ativo) de benefício definido líquido como o valor de déficit ou superávit, ajustado por qualquer efeito de limitação de um ativo líquido de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*). O teto de ativo é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

Reconhece no resultado do exercício:

- custo do serviço corrente;
- qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação;
- juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

Reconhece no resultado abrangente, as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, compreendendo:

- ganhos e perdas atuariais;
- retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

- qualquer mudança no efeito do teto de ativo (asset ceiling) , excluindo os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

(p) Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Em 22 de maio de 2015, foi publicada pelo Poder Executivo a MP nº. 675, convertida na Lei nº 13.169, que aumentou a alíquota da Contribuição Social - CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras, gerados a partir de 1º de setembro de 2015, com validade até o final de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, também apurados com base nas alíquotas de 25% e 20%, respectivamente, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. No caso da CSLL, para os créditos e débitos com perspectiva de realização após 2018 foi usada a alíquota de 15%.

A expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações do Banco está baseada em projeção de resultados futuros.

A despesa do Imposto de Renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

O imposto de renda diferido relacionado com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda é também creditado ou debitado ao patrimônio líquido, e subsequentemente é reconhecido no resultado junto com os ganhos e as perdas.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que o BRDE terá lucro tributável futuro suficiente contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Os ajustes constantes no balanço de abertura, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, foram contabilizados como diferenças temporárias.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Reconhecimento

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

(q) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos à vista.

Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo e alta liquidez, que podem ser imediatamente convertidos em caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. São mantidos com vistas a atender compromissos de caixa de curto prazo. Compreendem os saldos de disponibilidades e títulos e valores mobiliários com prazo de resgate de até 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(r) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, disponibilidades e títulos e valores mobiliários classificados como equivalentes de caixa.

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- **Atividades operacionais:** as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- **Atividades de investimento:** a aquisição e a venda de não circulante e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

4. Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para qualquer instituição financeira. Os riscos intrínsecos a uma empresa desse ramo abrangem desde aqueles facilmente identificáveis na área financeira, como os riscos de mercado, de liquidez e de crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, como risco operacional e de imagem, dentre outros.

4.1. Risco de crédito

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente ou pelos respectivos prestadores de garantias fidejussórias, de suas obrigações financeiras previstas no instrumento de crédito.

A estrutura de avaliação de riscos do Banco está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde as agências até a esfera diretiva e seu comitê de risco e de crédito na Direção-Geral.

A análise individualizada do cliente e do seu negócio de atuação realizada periodicamente, aliada às perspectivas comerciais e econômicas, bem como a parametrização sistêmica das regras para concessão de crédito, fortalece a sistemática de avaliação de risco de crédito do BRDE.

4.1.1 Mensuração do risco de crédito

(a) Empréstimos e recebíveis

A mensuração do risco de crédito é efetuada através do Sistema de Classificação de Risco. A Administração considera três componentes com relação à contraparte:

- a probabilidade de inadimplência por parte do cliente com respeito às suas obrigações contratuais;
- as exposições atuais com cada cliente e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposição à inadimplência; e
- o provável índice de recuperação das obrigações não cumpridas (perdas por inadimplência).

Estas mensurações de risco de crédito, que refletem as perspectivas de perdas ("modelo de perdas esperadas") e são exigidas pelo Comitê da Basileia, são mensalmente incorporadas à gestão operacional do Banco. As mensurações operacionais podem ser comparadas às provisões para perda por "impairment"

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

exigidas pelo IAS 39, as quais são baseadas em perdas que tenham sido incorridas à data do balanço patrimonial ("modelo de perdas incorridas") e não nas perdas esperadas (Nota 4.1.3).

- (i) O Banco avalia a probabilidade de inadimplência de seus clientes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de clientes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. A escala de classificação do grupo, mostrada abaixo, reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

Classificações internas

Escala de Níveis de Risco: os clientes e as operações têm o nível de risco classificado segundo a seguinte escala, que representa a ordem crescente de risco de crédito:

Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
	-	←		RISCO		→	+		

O Banco se utiliza primordialmente de informações externas para parametrizar sua avaliação interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de ano para ano, especialmente ao longo de um ciclo econômico.

- (ii) A exposição à inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco no momento da inadimplência, contemplando não somente as quantias liberadas de um empréstimo, mas também o que poderá ser retirado à época da inadimplência, se esta vier a ocorrer.
- (iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

(b) Títulos públicos e outros títulos de dívida

O Banco usa classificações internas e externas para categorizar títulos públicos e

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

outros títulos de dívida e administrar suas exposições ao risco de crédito. Os investimentos nestes títulos são vistos como uma maneira de obter um melhor mapeamento da qualidade de crédito e, ao mesmo tempo, manter uma fonte imediatamente disponível para satisfazer as necessidades de recursos.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação aos clientes e grupos individuais e quanto ao ramo de atividade.

A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos/financiamentos, efetivos e potenciais, considerando o efetivo pagamento das parcelas dos contratos.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas abaixo:

(a) Garantias Reais

Como forma de proteger o crédito concedido, o Banco procura que o valor das garantias apresentadas seja no mínimo 30% superior ao valor total de empréstimo. Além disso, tem com prática que a hipoteca seja oferecida como a maior parcela do total de garantias apresentadas, preferencialmente que ela seja igual ao valor do crédito concedido.

(b) Outros tipos de Garantias

O BRDE emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O BRDE implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

- Convênios Operacionais com aval
- Fundos garantidores (FAMPE, FGPC, FGI)
- Fiança Bancária
- Títulos do Tesouro Nacional

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o BRDE buscará garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redução do valor recuperável com relação a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

Títulos públicos e outros títulos de dívida geralmente não são garantidos, com exceção dos títulos lastreados em ativos e instrumentos similares, que são garantidos pela carteira de instrumentos financeiros.

4.1.3 Políticas de *impairment* e provisionamento

O sistema de classificação de risco (interno) descrito na Nota 4.1.1 dá mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e financiamento. Em contraste, as provisões para perda por *impairment* são reconhecidas para fins de elaboração de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data do balanço patrimonial com base em evidência objetiva de *impairment*.

O BRDE avalia em cada data-base de suas demonstrações financeiras consolidadas a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução do valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e se esse evento de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser apurado de forma confiável.

Segundo a Política de Acompanhamento e Recuperação de Créditos, a evidência de perda para fins de IFRS ocorrerá sempre que:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros superior a 60 ou 120 dias, conforme prazo residual da operação (superior a 36 meses);
- Demandas judiciais identificadas, tais como: revisional, busca e apreensão, execução, recuperação judicial ou falência;
- Operações renegociadas, alocadas com recursos próprios do banco.

O Banco avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda por redução no valor recuperável alocada individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não se apresentem como significativo individualmente.

A política operacional exige a revisão dos ativos financeiros individuais considerados relevantes no mínimo uma vez por exercício, ou mais frequentemente quando

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para perdas por redução do valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas incorridas na data do balanço patrimonial, aplicada a todas as contas individualmente significativas. Esta avaliação normalmente inclui as garantias (incluindo reconfirmação da exequibilidade) e os recebimentos antecipados nesta conta individual.

Provisões para perdas por redução do valor recuperável coletivamente avaliadas são estabelecidas para: (i) carteiras de ativos homogêneos que individualmente estão abaixo dos limites de materialidade; e (ii) perdas que foram incorridas, mas não identificadas ainda, através do uso da experiência histórica, julgamento embasado e técnicas de estatísticas.

4.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outros mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativa a ativos financeiros registrados no balanço patrimonial é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Exposição máxima	Garantias	Exposição máxima	Garantias
Disponibilidades	679.986	N/A	384.505	N/A
Títulos mantidos para negociação	834.660	N/A	969.199	N/A
Títulos disponíveis para a venda	393.157	N/A	196.639	N/A
Títulos mantidos até o vencimento	1.045.915	N/A	867.175	N/A
Empréstimos e recebíveis	13.564.675	(a)	12.458.827	(a)
	16.518.393		14.876.345	

(a) O Banco exige R\$1,30 de garantias para cada R\$1,00 de valor financiado. Possui políticas abrangentes para concessão de créditos requerendo garantias condizentes com os créditos concedidos, conforme detalhado na Nota 4.1.2 (a) e (b).

A exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no balanço patrimonial, relativas a garantias financeiras é de R\$ 328.434 (31/12/2015 – R\$ 410.075).

A tabela acima apresenta a exposição máxima em 31 de dezembro de 2016 e 2015, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e exclui ativos não financeiros.

Para as garantias (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o BRDE pode vir a desembolsar.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

4.1.5 Empréstimos e recebíveis

A carteira de empréstimos e recebíveis é resumida conforme:

	31/12/2016	31/12/2015
Não vencidos e sem evidência de Impairment	12.781.657	11.958.933
Operações conveniadas	2.360.678	2.081.001
Demais operações / crédito rural / cooperativas	3.728.256	3.472.678
Demais operações / crédito rural / não cooperativas	2.017.561	1.901.610
Demais operações / demais créditos / cooperativas	501.167	447.606
Demais operações / demais créditos / não cooperativas	4.173.995	4.056.038
Com evidências de impairment	783.018	499.894
Créditos Significativos com evidência objetiva de impairment (a)	480.561	242.037
Créditos não Significativos com evidência objetiva de impairment	302.457	257.857
Sujeitos à impairment	13.564.675	12.458.827
Menos - provisão por impairment	(177.826)	(150.237)
Valor líquido	13.386.849	12.308.590

(a) Créditos Significativos com evidência objetiva de impairment

O valor de operações de créditos significativos com evidência objetiva de impairment antes de considerar os fluxos futuros de caixa dos recebíveis e dos colaterais dados em garantia é de R\$ 480.561 (31/12/2015 - R\$ 242.037). A análise do valor bruto das operações de crédito por classe, juntamente com o valor justo da garantia mantida, é a seguinte:

Operações de crédito	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Significativos com evidência objetiva de impairment	480.561	242.037
Valor justo das garantias *	393.293	187.024
Valor do Impairment	87.268	55.013

* O Valor Justo das Garantias é reduzido dos custos de execução de eventual leilão bem como custas judiciais.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

4.1.6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários compõem-se preponderantemente de títulos do governo federal e letras financeiras, apresentando reduzido risco de crédito, conforme demonstrado nas notas 4.4 e 6.

4.1.7 Retomada de garantias

Durante 2016, o Banco obteve posse de ativos dados em garantia, conforme apresentado na Nota 8.

As propriedades empossadas são vendidas assim que possível e os recursos obtidos são utilizados para reduzir as dívidas em aberto. O imóvel retomado é classificado no balanço patrimonial em "Ativos não correntes para a Venda".

4.1.8 Concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito

Atividades econômicas

A tabela a seguir decompõe as principais exposições ao risco de crédito aos seus valores contábeis e categorizados por atividade econômica das contrapartes.

	Privado	Governos	Total
Empréstimos e recebíveis	13.160.593	226.256	13.386.849
Títulos mantidos até o vencimento	685.237	360.678	1.045.915
Títulos mantidos para negociação		834.660	834.660
Garantias financeiras	328.434		328.434
Títulos disponíveis para venda	385.958	7.199	393.157
Em 31 de dezembro de 2016	15.394.882	594.133	15.989.015

	Privado	Governos	Total
Empréstimos e recebíveis	12.273.906	34.684	12.308.590
Títulos mantidos até o vencimento	567.541	299.634	867.175
Títulos mantidos para negociação	23.489	945.710	969.199
Garantias financeiras	410.075		410.075
Títulos disponíveis para venda	196.639		196.639
Em 31 de dezembro de 2015	13.471.650	1.280.028	14.751.678

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

4.2. Risco de mercado

O risco de mercado surge devido a oscilações no cenário econômico que podem acarretar perdas para o Banco. Essas oscilações podem ocorrer nos preços de ativos e passivos financeiros através da variação da taxa de juros sobre a carteira com taxa pré-fixada, e pelas variações cambiais sobre a carteira indexada por cesta de moedas.

O Banco monitora o risco de mercado através da utilização da metodologia do Valor em Risco (VaR), que busca simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

Relatórios de acompanhamento de mercado, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez do Banco, mitigado por possuir parcela significativa de sua carteira de empréstimos e recebíveis com prazos e taxas atrelados a captações por repasses.

4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

O Banco, devido ao seu tipo de produto, não apresenta uma grande exposição ao risco de mercado. As técnicas de mensuração mais importantes usadas pelo Banco para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir.

(a) Valor em risco (*Value at Risk*) (não auditado)

Value-at-Risk (VaR) mede a pior perda esperada em condições normais de mercado ao longo de um intervalo de tempo específico a um nível de confiança. O período de tempo e o nível de confiança são parâmetros que devem ser escolhidos de um modo adequado para o objetivo global da medida de risco.

O gestor do Fundo utiliza o VaR para estimar as perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Para os títulos e valores mobiliários o nível de confiança para o cálculo do VaR não paramétrico é de 95%, estimada a partir da série de choques dos últimos 150 d.u..

Perdas por fatores de risco	Perda relativa de TVM	Contribuição do VaR	Perda relativa de TVM	Contribuição do VaR
	2016		2015	
CDI+Spread	0,0011%	-1,6%	-0,0013%	1,10%
Índice preço+cupom	-0,0672%	101,8%	-0,1116%	96,60%
Spread LFT	-0,0001%	0,1%	0,0000%	-0,02%
Taxa de Juros Pré	0,0002%	-0,31%	-0,0026%	2,28%
VaR	-0,0660%		-0,1155%	

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

A participação dos fatores de risco no VaR é uma amostra pontual, não representando média ou qualquer outra forma de medida de esperança para estimar os efeitos dos fatores na formação dos valores do VaR no futuro. A cada recálculo, a participação dos fatores de risco pode se alterar, tanto pela variação dos pesos desses fatores na carteira, quanto pela mudança gradativa dos cenários de choque.

(b) Testes de *stress*

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para os títulos e valores mobiliários, os testes de estresse são realizados pelo gestor dos Fundos em que o Banco tem participação e monitorados pelo Departamento de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir mostra os cenários de choques para os quais os títulos e valores imobiliários apresentariam as piores perdas. No levantamento foram considerados os cenários de estresse ocorridos a partir de agosto de 2007. Os choques observados foram aplicados ao cenário de 31/12/2015 e os novos valores para os fatores de risco foram aplicados sobre as posições da carteira.

Perda teórica dos títulos e valores imobiliários em cenário de estresse (não auditado)

Piores cenários	16/08/2007	22/10/2008	31/05/2013	28/09/2015	15/03/2016	01/12/2016	Prazos médios anos	Total TVM
CDI+Spread	-0,0044%	-0,0063%	-0,0013%	0,0024%	-0,0402%	0,0022%	1,38	685.237
Índice preço+cupom	-0,3557%	-0,2680%	-0,2788%	-0,2767%	-0,1212%	-0,1653%	4,62	380.026
Spread LFT	0,0000%	-0,0002%	0,0001%	-0,0001%	0,0000%	-0,0001%	0,00	604.601
Taxa de Juros Pré	-0,0015%	-0,0004%	0,0001%	0,0003%	0,0000%	-0,0001%	0,80	137.090
Sem risco	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,00	772.447
Perda teórica-2016	-0,3616%	-0,2748%	-0,2803%	-0,2741%	-0,1613%	-0,1630%	1,09	2.579.401
Perda teórica-2015	-0,4017%	-0,3004%	-0,2947%	-0,3020%			1,30	2.220.294

4.2.2 Risco de câmbio

O Banco possuiu uma exposição ao risco de câmbio muito baixa devido à imaterialidade desta carteira. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais. Como resultado dessa atividade, a exposição tem sido consideravelmente inferior a 5% do patrimônio de referência.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

4.2.3 Risco de taxa de juros

O Banco está sujeito aos efeitos de flutuações da taxa de juros na sua carteira de operações de crédito pré-fixada e na carteira de títulos e valores mobiliários que possui. A exposição da carteira de títulos e valores imobiliários é calculada e acompanhada pela administradora do fundo de investimento. No que diz respeito à carteira de operações de crédito pré-fixada, o Banco faz captação dos recursos a uma taxa inferior a do retorno das aplicações, minimizando sua exposição.

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banco mantém os seus compromissos de operações de crédito, tanto no ativo como no passivo, no mesmo prazo de pagamento e recebimento, o que evita descasamentos e permite o controle do risco de liquidez e do risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

O BRDE mantém em sua carteira de títulos e valores mobiliários posições substanciais em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais como forma de reduzir o risco de liquidez. Estes ativos apresentam grande volume de negociação no mercado.

4.3.1 Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a receber/pagar de acordo com ativos e passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa esperadas e desconsidera a carteira de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, por possuir mercado ativo e liquidez corrente.

Em 31/12/2016	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo						
Empréstimos e Recebíveis	713.820	1.429.998	3.577.825	3.319.414	4.345.792	13.386.849
Passivo						
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	718.284	1.407.800	3.551.891	3.321.285	4.164.851	13.164.111

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Em 31/12/2015	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo						
Empréstimos e Recebíveis	655.210	1.369.719	3.215.367	2.977.344	4.090.948	12.308.590
Passivo						
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	579.024	1.327.238	3.203.526	2.972.235	3.918.238	12.000.261

4.3.2 Itens não registrados no balanço patrimonial

Garantias financeiras

O Banco é avalista em algumas operações, no montante total de compromissos assumidos de R\$ 328.434 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 410.075 em 31 de dezembro de 2015 e vencimentos de 2016 a 2031. Para operações onde perdas são identificadas, a provisão para perdas sobre estes valores é registrada em Outras Provisões no balanço patrimonial, montando em R\$ 24.009 (31/12/2015 - R\$ 0).

Nos exercícios de 2015 e 2016 foi registrado o inadimplemento de parcelas de contratos de garantia financeira, as quais foram honradas pelo BRDE. O ativo resultante destas operações monta em R\$ 10.280 (31/12/2015 - R\$ 780) e foi registrado na conta Outros Créditos, no grupo Empréstimos e Recebíveis.

4.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 – inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Mensuração ao valor justo no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 por nível:

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado – para negociação	834.660	
LFT	604.601	
LTN	230.043	
Futuro	16	
Ativos Financeiros Disponíveis para a venda	7.651	385.506
Cotas de Fundo de Investimento		385.506
Participações Acionárias	7.651	
Ativos mensurados ao valor justo	842.311	385.506

Mensuração ao valor justo no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 por nível:

	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado – para negociação	945.748	23.451
LFT	530.760	
NTN-B	21.662	
LTN	393.288	
Futuro	38	
Letras Financeiras		23.451
Ativos Financeiros Disponíveis para a venda	4.392	192.247
Cotas de Fundo de Investimento		192.247
Participações Acionárias	4.392	
Ativos mensurados ao valor justo	950.140	215.698

Não há transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 da hierarquia do valor justo e o Banco não possui ativos avaliados no Nível 3.

(b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

	Saldo Contábil	Valor justo
Ativos financeiros mantidos até o vencimento – 31/12/2016	1.045.915	1.067.537
Letras financeiras	685.237	687.511
NTN-B	360.678	380.026

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Saldo Contábil	Valor justo
Ativos financeiros mantidos até o vencimento – 31/12/2015	867.175	866.972
Letras financeiras	567.541	567.861
NTN-B	299.634	299.111

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Os empréstimos e recebíveis do Banco não possuem mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as suas características. As ofertas de crédito de longo prazo normalmente estão limitadas a bancos de desenvolvimento e as operações ativas possuem captações atreladas, não permitindo sua negociação em separado e na hipótese de liquidação antecipada do crédito, a liquidação normalmente é efetuada pela curva. O Banco entende que o valor justo dos empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros ao custo amortizado se aproximam do valor contábil registrado, tanto no momento de sua concessão, quanto na data do balanço.

4.5. Gestão de capital

O BRDE, com foco na adequação às exigências de Basileia e nos normativos divulgados pelo Banco Central, desenvolveu e implementou sistema próprio, que tem como objetivo o gerenciamento de capital no Banco, por meio da consolidação das informações financeiras e da apuração do Patrimônio de Referência e Patrimônio de Referência Exigido.

O patrimônio de referência corresponde à medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais do Banco. Pelas normas vigentes, considerando os GAAPs locais e do Conglomerado Prudencial, os limites de capital no exercício findo apresentaram o patrimônio de referência (PR) da Instituição no valor de R\$ 2.435.794 (2015 - R\$ 2.342.917), sendo que o patrimônio de referência para fins de apuração do Índice de Basileia ficou em R\$ 2.255.794 em decorrência de destaque de capital de R\$ 180.000 para operações com setor público. A exigência de capital para cobrir os riscos foi de R\$ 1.544.144 (2015 - R\$ 1.579.069), decorrente de um ativo ponderado pelo risco (RWA) de R\$ 15.243.144 (2015 - R\$ 13.992.157). O Coeficiente de Basileia do BRDE em dezembro fica em 14,80% (2015 - 16,74%), superior ao mínimo exigido para as Instituições Financeiras no Brasil, que é de 10,50%.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

5 Caixa e Equivalentes a Caixa

O saldo de caixa e equivalentes a caixa, é composto por:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos bancários	23	12
Aplicações financeiras	679.963	384.493
Total em Disponibilidades	679.986	384.505

O BRDE possui em suas demonstrações consolidadas operações compromissadas, registradas na rubrica “Aplicações Financeiras”. Estes ativos são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração contratada. A custódia é efetuada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

A composição, por classificação e tipo dos saldos de títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação:		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (a)	1.045.915	867.175
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (b)	834.660	969.199
Ativos financeiros Disponíveis para a venda (c)	393.157	196.639
	2.273.732	2.033.013
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	360.678	299.634
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	834.644	945.710
Ativos financeiros Disponíveis para a venda	7.199	3.999
Outros títulos de dívida		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	685.237	567.541
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	16	23.489
Ativos financeiros Disponíveis para a venda	385.958	192.640
	2.273.732	2.033.013

Os títulos do governo brasileiro são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, os contratos futuros na BM&FBovespa e os títulos privados na CETIP S.A.

(a) Os títulos classificados na categoria “Ativos financeiros mantidos até o vencimento” são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

auferidos em base *pro rata* dia, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

- (b) Os títulos públicos federais classificados como “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA. As letras financeiras são ajustadas ao valor de mercado por meio de utilização de metodologia de precificação definida pela administração.

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco possuía ativos restritos nos montantes de R\$ 5.481 (31/12/2015 – R\$ 4.813) vinculados a garantias de operações com derivativos da Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa e R\$ 8.969 (31/12/2015 – R\$ 6.977) a garantia de processos judiciais.

O Banco, através do Fundo Exclusivo BB Pólo 27, possui operações com ativos financeiros no mercado futuro (posições vendidas em DI), exclusivamente com o objetivo de proteger parte da rentabilidade de sua carteira. Em 31 de dezembro de 2016 possuía contratos futuros com valor de referência de R\$ 229.925 (31/12/2015 - R\$ 312.781).

No exercício de 2016, o resultado das operações com instrumentos derivativos no mercado futuro resultou em perda de R\$ 4.455 (ganho de R\$ 6.765 em 2015). Na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2016, o ajuste diário de contrato futuro apresentava saldo a receber no montante de R\$ 16 (31/12/2015 - R\$ 38 a receber).

- (c) As ações aqui classificadas possuem valor de mercado de R\$ 7.651 (R\$ 4.392 em 31/12/2015) e seu custo é de R\$ 6.068. A contrapartida das variações ao valor justo são registradas no patrimônio líquido e estão apresentadas na demonstração consolidada do resultado abrangente.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

7 Empréstimos e recebíveis

(a) Composição da carteira por tipo de operação

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e títulos descontados	344.946	171.502
Financiamentos	5.077.302	4.829.129
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.036.766	7.347.625
RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária	7.089	3.291
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos	509.646	475.308
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	1.404.128	1.314.710
Securitização – Alongamento de Dívidas de Crédito Rural (Lei 9.138/95)	8.283	9.162
BNDES – Programas Agrícolas	4.717.328	4.116.882
FINAME – Programas Agrícolas	346.537	259.905
Outros financiamentos rurais e agroindustriais	1.043.755	1.168.367
Outros	105.661	110.571
Total	13.564.675	12.458.827
Provisão para perdas por não recuperação (“impairment”)	(177.826)	(150.237)
Total da carteira líquida de provisões	13.386.849	12.308.590

Os empréstimos e recebíveis concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme mencionado na Nota 13 além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(b) Concentração por setor de atividade

	31/12/2016	31/12/2015
Agropecuária	4.614.837	4.228.944
Indústria	3.590.496	3.578.528
Borracha e plástico	116.318	123.487
Combustível	5.805	7.407
Couros e calçados	50.071	58.512
Extrativa mineral	15.467	16.273
Madeira	88.139	98.372
Material de transporte	96.260	157.070
Material elétrico e comunicações	46.031	52.625
Metalúrgica/mecânica	516.224	464.610
Mobiliário	81.158	87.240
Papel e celulose	133.846	148.987
Produtos alimentícios e bebidas	2.121.816	2.090.357
Produtos de minerais não metálicos	60.754	66.644
Química	96.120	70.474
Têxtil e vestuário	101.255	85.351
Outras	61.232	51.119
Infraestrutura	2.512.498	2.108.320
Construção civil	71.220	50.834
Eletricidade, gás e água	1.240.938	982.293
Transporte e armazenagem	1.200.340	1.075.193
Comércio e Serviços	2.741.183	2.432.464
Comércio	1.919.594	1.782.343
Educação	45.480	35.375
Saúde	135.590	125.111
Outros serviços	640.519	489.635
Outros	105.661	110.571
Total de Empréstimos e Recebíveis	13.564.675	12.458.827

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(c.1) Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações vencidas

	Parcelas a vencer							2016	2015
	Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	20.767	1.315	943	4.230	2.838	6.130	31.889	68.112	21.674
Setor privado	20.767	1.315	943	4.230	2.838	6.130	31.889	68.112	21.674
Financiamentos	77.713	6.750	5.275	5.331	16.988	33.967	312.631	458.655	367.811
Setor público									
Setor privado	77.713	6.750	5.275	5.331	16.988	33.967	312.631	458.655	367.811
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.169	153	241	208	4.609	12.997	81.882	123.259	135.354
Outros	10.424	28	23	23	71	124	831	11.524	1.577
	<u>132.073</u>	<u>8.246</u>	<u>6.482</u>	<u>9.792</u>	<u>24.506</u>	<u>53.218</u>	<u>427.233</u>	<u>661.550</u>	<u>526.416</u>

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(c.2) Operações vincendas

	Parcelas a vencer						2016	2015
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	31.973	17.452	27.740	7.573	24.551	167.545	276.834	149.828
Setor privado	31.973	17.452	27.740	7.573	24.551	167.545	276.834	149.828
Financiamentos	83.825	71.169	57.564	170.384	330.110	3.905.595	4.618.647	4.461.318
Setor público	6.396	2.523	2.738	4.532	9.350	200.717	226.256	34.685
Setor privado	77.429	68.646	54.826	165.852	320.760	3.704.878	4.392.391	4.426.633
Financiamentos rurais e agroindustriais	182.468	63.546	53.606	312.712	527.019	6.774.156	7.913.507	7.212.271
Outros	138	119	102	4.085	596	89.097	94.137	108.994
	298.404	152.286	139.012	494.754	882.276	10.936.393	12.903.125	11.932.411

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(c.3) Total geral

								2016	2015
	Parcelas a vencer								
	Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	20.767	33.288	18.395	31.970	10.411	30.681	199.434	344.946	171.502
Setor privado	20.767	33.288	18.395	31.970	10.411	30.681	199.434	344.946	171.502
Financiamentos	77.713	90.575	76.444	62.895	187.372	364.077	4.218.226	5.077.302	4.829.129
Setor público		6.396	2.523	2.738	4.532	9.350	200.717	226.256	34.685
Setor privado	77.713	84.179	73.921	60.157	182.840	354.727	4.017.509	4.851.046	4.794.444
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.169	182.621	63.787	53.814	317.321	540.016	6.856.038	8.036.766	7.347.625
Outros	10.424	166	142	125	4.156	720	89.928	105.661	110.571
Em 31 de dezembro de 2016	132.073	306.650	158.768	148.804	519.260	935.494	11.363.626	13.564.675	
Em 31 de dezembro de 2015	55.735	375.918	115.840	128.738	518.046	872.501	10.392.049		12.458.827

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

(d) Taxas médias ponderadas de juros praticadas na carteira de empréstimos e recebíveis

	Totais da carteira e taxas médias de juros (% a.a.)			
	31/12/2016		31/12/2015	
Empréstimos	344.946	7,21	171.502	7,64
Financiamentos	5.077.302	8,06	4.829.129	7,37
Financiamentos rurais e agro industriais	8.036.766	5,66	7.347.625	5,25
Outros	105.661	7,70	110.571	7,81
Total de empréstimos e recebíveis	13.564.675	6,61	12.458.827	6,13

(e) Provisão para perdas por não recuperação sobre a carteira de créditos ("Impairment")

Abaixo segue a composição do Impairment em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apurada pelo Banco segundo as regras estabelecidas nas IFRS e que são detalhadas na Nota 4.1.3:

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos significativos com evidência objetiva de impairment	87.268	55.013
Créditos não significativos com evidência objetiva de impairment	59.293	73.220
Créditos sem evidência objetiva de impairment	31.265	22.004
Saldo final	177.826	150.237

Movimentação da provisão para perdas por não recuperação:

Saldo final em 31/12/2014	128.107
Constituição	92.478
Baixas	(70.348)
Saldo final em 31/12/2015	150.237
Constituição	120.751
Baixas	(93.162)
Saldo final em 31/12/2016	177.826

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

8 Ativos não correntes para venda

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor total dos ativos não correntes para venda correspondia a bens ativos não de uso recebidos em dação de pagamento e destinados à venda em até um ano ou até a conclusão de leilões.

Saldo de bens em 31/12/2014	49.710
Recebimento de bens em dação de pagamento	1.548
Alienação de bens não de uso	(51.672)
Variação do Impairment	927
Saldo de bens em 31/12/2015	513
Recebimento de bens em dação de pagamento	14.195
Alienação de bens não de uso	(686)
Variação do Impairment	668
Saldo de bens em 31/12/2016	14.690

Durante o exercício de 2016 o BRDE realizou a venda de Bens não de Uso Próprio gerando um resultado de R\$ 426 (2015 – R\$ 24.989), contabilizados na conta “Ganhos líquidos na alienação de ativos não correntes para a venda”.

9 Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O saldo líquido contábil dos ativos tangíveis em 31 de dezembro não é superior ao seu valor recuperável. Assim, não existe apuração de “impairment” para o ativo tangível.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

a) Variações

As variações na rubrica “Ativo tangível” no balanço patrimonial consolidado foram:

Conta	31/12/2015	Aquisição	Alienação	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2016
Terrenos e edificações	29.198	61			(1.251)		28.008
Sistemas de processamento de dados *	2.238	1.277		(1)	(1.026)	(2)	2.486
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2.734	1.150		(2)	(604)	2	3.280
Veículos	1.434	512	(150)		(417)		1.379
Benfeitorias em andamento	109	22					131
Total	35.713	3.022	(150)	(3)	(3.298)		35.284

* Incluem software, quando licenciados exclusivamente para equipamentos enquadrados neste grupo.

b) Composição dos saldos

Conta	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos e edificações	39.355	39.421
(-) Depreciação acumulada de terrenos e edificações	(11.347)	(10.223)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10.861	8.463
(-) Depreciação acumulada de instalações, móveis e equipamentos de uso	(7.581)	(6.225)
Sistemas de processamento de dados	9.228	9.743
(-) Depreciação acumulada de sistemas de processamento de dados	(6.742)	(7.009)
Veículos	1.937	2.161
(-) Depreciação acumulada de veículos	(558)	(727)
Benfeitorias em andamento	131	109
Total Geral	35.284	35.713

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

10 Ativo Intangível

O ativo intangível do Banco é composto por gastos com projeto e implementação de novos processos ou sistemas no âmbito do Projeto Moderniza BRDE bem como outros softwares e direitos de uso. Todos os ativos intangíveis possuem vida útil definida com percentuais anuais de amortização linear correspondente a 20%.

a) Variações

Conta	31/12/2015	Aquisição	Alienação	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2016
Projeto Moderniza BRDE	5.733	0			(1.830)		3.903
Softwares e direitos de uso	5.703	738			(1.528)		4.913
Total	11.436	738			(3.358)		8.816

b) Composição dos saldos

Conta	31/12/2016	31/12/2015
Projeto ModernizaBRDE	9.296	9.296
(-) Amortização acumulada de projeto ModernizaBRDE	(5.393)	(3.563)
Outros intangíveis	8.011	7.273
(-) Amortização acumulada de outros intangíveis	(3.098)	(1.570)
Total Geral	8.816	11.436

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

11 Compromissos

Após análise realizada em todos os contratos de locação onde o BRDE é a parte arrendatária, concluiu-se que o Banco possui somente arrendamentos mercantis operacionais, pois não fica substancialmente com riscos e/ou benefícios. Assim, todos os compromissos inerentes ao arrendamento são reconhecidos como despesa.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis são os seguintes:

	2016		2015	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Locação de imóveis	1.039	898	1.535	1.556
Locação de outros ativos tangíveis	131		156	
Total	1.170	898	1.691	1.556

Outros ativos tangíveis são, fundamentalmente, máquinas copiadoras, impressoras e veículos terrestres.

Os pagamentos reconhecidos como despesa no exercício de 2016 foram de R\$ 1.277 (2015 – R\$ 1.176) para locação de imóveis e R\$ 132 (2015 – R\$ 81) para locação de outros ativos tangíveis.

12 Outros ativos

A subconta “Depósitos em Garantia” registra os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza. A subconta “Diversos” contempla principalmente antecipações de verbas salariais, dentre elas: férias, décimo terceiro salário e participações nos lucros e resultados.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

13 Passivos financeiros ao custo amortizado

A composição, por classificação e tipo, incluindo as taxas médias ponderadas de captação é a seguinte:

	Totais da carteira e taxas médias de juros (% a.a.)			
	31/12/2016		31/12/2015	
Tesouro Nacional	9.030	4,10	10.771	4,87
BNDES	10.196.741	4,23	8.946.099	4,04
FINAME	2.660.576	2,04	2.875.601	1,79
FCO	135.171	3,14	94.976	2,11
Outras instituições	162.593	4,08	72.814	3,24
Total das obrigações por repasse	13.164.111	3,77	12.000.261	3,48

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2036, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de “del-credere”.

Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Sem vencimento	62.172	59.932
Até 3 meses	656.112	519.092
De 3 a 12 meses	1.407.800	1.327.238
De 1 a 3 anos	3.551.891	3.203.526
De 3 a 5 anos	3.321.285	2.972.235
De 5 a 15 anos	4.098.879	3.865.304
Acima de 15 anos	65.972	52.934
Total	13.164.111	12.000.261

14 Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Valores de Mutuários a Regularizar (a)	12.977	18.829
Financiamento na aquisição de imóvel (b)	11.161	10.859
Fundo Setorial do Audiovisual - ANCINE (c)	385.447	192.000
Total	409.585	221.688

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

- (a) O montante de R\$ 12.977 (2015 - R\$ 18.829) registrado em “Valores de Mutuários a Regularizar”, refere-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.
- (b) No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE o imóvel onde se encontra instalada a sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. Em 31 de dezembro, o valor devido é de R\$ 11.161 (31/12/2015 - R\$ 10.859) e as despesas com encargos no exercício, registradas no resultado do Banco em “Despesas com Juros e Similares”, são de R\$ 1.445 (2015 - R\$ 1.719).
- (c) Corresponde a recursos do FSA – Fundo Setorial do Audiovisual. Criado pela Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007. Destina-se ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil.

15 Outras Provisões

A composição do saldo da rubrica “Outras provisões” é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 16)	105.993	96.598
Provisão para avais e fianças bancárias (a)	24.009	
Despesas de Pessoal (b)	43.453	44.945
Total	173.455	141.543

- (a) O BRDE possui, em 31 de dezembro de 2016, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta fiança no montante de R\$ 328.434 (31/12/2015 – R\$ 410.075). Nos termos das IFRSs, que prevê a utilização do modelo de mensuração de provisão baseado nos conceitos de “perda incorrida” e que requer a identificação de evidência objetiva de redução de valor (impairment) como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, o BRDE apurou a soma de R\$ 24.009 em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 – R\$ 0), como provisão desta natureza.
- (b) A provisão para benefícios a empregados é constituída principalmente por proventos e encargos sociais sobre férias, licença a prêmio e participação nos resultados.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

16 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O montante das causas para qual o BRDE constitui provisão está assim composto:

	Fiscais (CSLL/PAT)	Previdenciárias (INSS)	Trabalhistas	Cíveis (Honorários/ Indenização)	Total
31/12/2015	2.138	13.730	27.218	53.512	96.598
Constituição	490	410	25.257	4.439	10.419
Realização		(260)	(18.941)	(2.000)	(61.297)
31/12/2016	2.628	13.880	33.534	55.951	105.993

(a) A provisão fiscal refere-se ao seguinte fato:

CSLL - processo envolvendo ação fiscal atinente à CSLL, no que se refere à dedução na base de cálculo da CSLL do saldo devedor de correção monetária complementar, previsto na Lei nº. 8.200/91. Em 29/11/1994, o BRDE foi cientificado pela União da alteração de entendimento tributário de que não mais o considerava uma autarquia a partir daquela data. O valor que se encontrava provisionado até o 2º semestre de 2015 referia-se à parcela apurada no período anterior à 29/11/1994 que, em junho de 2012, passou a ser considerada como de perda provável pelos assessores jurídicos do Banco. Em agosto de 2011, o BRDE realizou depósito integral em favor da RFB, quitando a parcela de CSLL apurada a partir da data de 29/11/1994, que já havia sido anteriormente provisionada, bem como registrando em seu ativo um depósito judicial equivalente à parcela em discussão. Tendo o BRDE aderido ao REFIS, a referida ação foi encerrada no 2º semestre de 2015, com a consequente baixa do passivo fiscal e de seu respectivo depósito judicial; e

INCENTIVO FISCAL - PAT – R\$ 2.628: refere-se à ação judicial fiscal atinente ao IRPJ, visando ao direito de deduzir incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, sem limitação de valor por refeição previsto pela RFB, mas com base no valor efetivamente despendido, bem como restituir valores recolhidos a maior de 2008 a 2012. O valor provisionado refere-se à parcela de IRPJ apurada a maior em 2013 e 2014, adotando-se o critério da RFB. Conforme sentença da Justiça Federal de junho de 2015, o BRDE deixou de realizar depósito judicial por ter adquirido o direito de deduzir incentivo fiscal sem limitação de valor por refeição.

(b) As provisões previdenciárias são referentes aos seguintes fatos:

INSS – R\$ 13.880: contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo; e

INSS COOPERATIVAS - ação ordinária movida pelo BRDE na qual postula seja declarada a inconstitucionalidade da contribuição social prevista no inciso IV no art. 22 da Lei nº. 8.212/91, bem como a devolução dos valores indevidamente recolhidos nos períodos-base de 2010 a 2015. Tendo obtido êxito na ação, foram levantados os

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

depósitos judiciais realizados, faltando, apenas, compensar as diferenças dos valores recolhidos nos cinco anos anteriores.

- (c) O Banco possuía, em 31 de dezembro, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 33.534. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 164.670 (2015 - R\$ 147.711), que correspondem em grande parte a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.
- (d) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:
- R\$ 52.705 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
 - R\$ 3.246 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

17 Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco estima possíveis obrigações ou obrigações presentes que podem exigir, mas que provavelmente não exigirão um fluxo de saída de recursos no montante de R\$ 164.670 (2015 – R\$ 147.711). Estes passivos contingentes são compostos por ações trabalhistas consideradas como perda possível. O Banco não identificou ativos contingentes com fluxo de benefícios prováveis, porém não praticamente certos.

18 Impostos correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social

Conforme legislação fiscal vigente, a alíquota do imposto de renda corresponde a 25% e da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% até agosto de 2015 e de 20% a partir de setembro de 2015.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	392.083	320.379
Impostos sobre a renda reconhecidos no resultado	(179.004)	(83.628)
IR/CSLL Correntes	(226.103)	(157.703)
Obrigações tributárias diferidas (IR/CSLL)	44.358	54.082
Créditos tributários diferidos (IR/CSLL)	2.741	1.824
Reversão provisão do processo CSLL Nota 16 (a)		18.169

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

(b) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco reconheceu R\$ 8.198 em 2016 (2015 - R\$ (4.974)) de impostos diferidos diretamente no patrimônio referente ao ajuste acumulado de avaliação patrimonial de ativos disponíveis para venda e de benefícios pós-emprego com características de benefício definido.

(c) Impostos diferidos

O Banco possui créditos e obrigações tributárias de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias:

Créditos	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Passivos contingentes	36.328	11.928	(11.500)	36.756
Provisão para riscos fiscais	6.314	293	(104)	6.503
Impairment de Empréstimos e Recebíveis	64.567	47.860	(36.925)	75.502
Impairment de avais e fianças bancárias		10.026		10.026
Créditos baixados para prejuízo	69.354	83.461	(62.874)	89.941
Provisão para assistência médica e PBII	28.673	14.564	(2.203)	41.034
Licença prêmio em aquisição	1.838	268	(328)	1.778
Outros	4.494	3.665	(4.135)	4.024
Total	211.568	172.065	(118.069)	265.564

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Obrigações	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.800	1.739	(299)	3.240
Renegociações REFIS/RECOOP	2.561	723	(1.302)	1.982
Renegociações Rural/PF Lei nº. 9.430/96	701	3	(3)	701
Atualização de depósitos judiciais	19.532	2.483	(2.304)	19.711
Renegociações tributadas por caixa Lei nº. 9.430/96	19.046	231	(2.310)	16.967
Deemed Cost de Ativos Tangíveis	5.908		(262)	5.646
Total	49.548	5.179	(6.480)	48.247

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº. 9.964/00 ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei nº. 9.430/96. São realizadas também, quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais em 31/12/2016 e 31/12/2015:

Expectativa em 31/12/2016	Créditos	Obrigações
1 ano	88.357	5.795
2 anos	48.919	11.854
3 anos	39.090	3.586
4 anos	38.249	19.681
5 anos	7.859	696
De 6 a 10 anos	18.353	3.369
Acima de 10 anos	24.737	3.266
Total	265.564	48.247

Expectativa em 31/12/2015	Créditos	Obrigações
1 ano	83.656	4.082
2 anos	36.906	3.807
3 anos	41.081	24.631
4 anos	10.612	3.303
5 anos	9.913	5.135
De 6 a 10 anos	14.734	5.093
Acima de 10 anos	14.666	3.497
Total	211.568	49.548

19 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no exercício findo em 31 de dezembro, os lucros acumulados do exercício corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Durante o ano de 2015 o BRDE procedeu a uma capitalização no primeiro semestre, utilizando R\$ 150.000 de reservas, aumentando seu capital de R\$ 685.303 para R\$ 835.303 e, no segundo semestre, passou para R\$ 888.567 também com a utilização de reservas.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Em 2016 o BRDE realizou nova capitalização, utilizando R\$ 56.424 de reservas, aumentando seu capital para R\$ 944.991 e no segundo semestre passou para R\$ 971.670 também com a utilização de reservas. Tal capitalização encontra-se em análise de aprovação pelo BACEN.

20 Garantias

Os ativos dados em garantia pelo Banco correspondem a:

- (a) Ativos dados em garantia que estão caucionados a processos judiciais, títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros ao valor justo no resultado se referem a cotas do Fundo de Investimentos (BB Polo 27) que o BRDE é cotista exclusivo e foram dadas em garantia de processos judiciais. Os depósitos em garantia têm origem em interposições de recursos fiscais, trabalhistas, cauções e outros.

	31/12/2016	Ativo 31/12/2015
Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (Nota 6)	8.969	6.977
Outros Ativos – Depósitos em Garantia (Nota 12)	100.296	96.105
Total – Ativos em Garantia	109.265	103.082

- (b) Conforme indicado na Nota 6 (b), o Banco possui em 31 de dezembro de 2016 R\$ 5.481 (31/12/2015 – R\$ 4.813) em títulos públicos federais para garantir operações realizadas na Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

21 Receitas com juros e similares

A composição dos principais itens de juros e similares apropriados em 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Rendimento de empréstimos e recebíveis	900.678	867.968
Empréstimos	40.189	25.034
Financiamentos	388.053	454.788
Rurais e Agroindustriais	471.708	387.647
Outros Créditos	728	499
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	339.437	358.777
Recebimento de créditos considerados incobráveis anteriormente baixados	49.137	21.211
Rendimento de outros ativos financeiros	23.109	20.043
Total de receita com juros e similares	1.312.361	1.267.999

Os recebimentos de créditos considerados incobráveis advêm de recuperações efetivas de créditos baixados anteriormente para prejuízo.

22 Despesas com juros e similares

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Encargos de empréstimos e repasses	527.486	543.709
Tesouro Nacional	637	721
BNDES	439.960	465.972
FINAME	55.654	54.697
FCO	2.902	1.269
Fundos de Desenvolvimento	21.654	19.429
Outras instituições	6.679	1.621
Outros passivos financeiros	1.446	1.719
Perda na negociação com títulos e valores mobiliários	19.424	99.934
Total de despesa com juros e similares	548.356	645.362

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

23 Receita de tarifas e comissões

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Receitas de tarifas sobre empréstimos e recebíveis (nota 28 (c))	31.522	26.723
Receitas de comissões sobre aval prestado	11.162	13.418
Total	42.684	40.141

24 Outras receitas (despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2016	2015
Atualização de depósitos judiciais (a)	5.852	11.294
Despesas de ISSQN, PIS/PASEP e COFINS próprios	(38.441)	(35.321)
Outras despesas operacionais	(2.162)	(1.591)
Outras receitas operacionais (b)	29.631	40.295
Total	(5.120)	14.677

- (a) Refere-se à atualização dos depósitos efetuados para fazer frente às obrigações judiciais. As provisões e os passivos contingentes atinentes aos depósitos também são atualizados.
- (b) Em 2016 foram registradas receitas de reversão de provisões no montante de R\$ 15.425 (2015 – 32.209) em sua maioria provenientes de ações judiciais. A adesão ao REFIS em 2015 (Nota 16 (a)) gerou reversão de R\$ 30.472.

25 Despesas administrativas

(a) Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Despesas com Pessoal” está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Honorários da diretoria e conselho de administração	4.456	3.919
Benefícios	16.200	9.304
Encargos Sociais	48.042	44.053
Proventos	114.371	108.110
Treinamento e seleção	333	388
Estagiários	1.460	1.362
Total	184.862	167.136

Os benefícios referem-se, basicamente, aos programas de assistência alimentar, odontológico e saúde.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

(b) Outras Despesas Administrativas

A composição da rubrica “Outras Despesas Administrativas” está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Despesas de água, energia e gás	1.445	1.360
Despesas de aluguéis	1.409	1.257
Despesas de comunicações	1.390	1.368
Despesas de contribuições filantrópicas	296	50
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.826	2.540
Despesas de material	466	410
Despesas de processamento de dados	2.667	2.545
Despesas de promoções e relações públicas	2.983	3.941
Despesas de propaganda e publicidade	3.145	2.312
Despesas de publicações	361	467
Despesas de seguros	134	75
Despesas de serviços de terceiros	2.601	2.111
Despesas de serviços de vigilância	964	828
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.718	1.420
Despesas de serviços técnicos especializados	1.843	1.622
Despesas de transportes	1.844	1.515
Despesas de viagem	3.927	4.476
Despesas tributárias	452	586
Incentivos fiscais	6.056	5.009
Despesas estatutárias	3.560	3.134
Outras	4.203	4.192
Total	44.290	41.218

26 Transações com partes relacionadas

- (a) O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente, em conformidade com as normas contábeis vigentes no Brasil.
- (b) As despesas com os honorários dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro montaram a R\$ 4.456 (2015 - R\$ 3.919). Os administradores não recebem benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau e participantes de seu capital.

Não foram concedidos pelo BRDE empréstimos ou adiantamentos a membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

- (c) *Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE* - No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. As despesas com encargos no exercício, encontram-se registradas no resultado do Banco em “Outras Despesas Operacionais”.

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação BRDE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em “Outras Despesas Operacionais”.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em “Despesas de Pessoal”.

No primeiro semestre de 2016, a Fundação ressarciu o BRDE por conta de despesas pagas pelo Banco referente a processos trabalhistas movidos por ex-funcionários, em que havia responsabilidade solidária. Tal valor encontra-se registrado no resultado em “Outras Receitas Operacionais”.

	Direitos (Obrigações)		Receitas (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Fundação BRDE - ISBRE				
Compra imóvel da AGCUR	(11.161)	(10.859)	(1.445)	(1.719)
Locação de salas			(587)	(545)
Ressarcimento de salários			1.397	1.188
Contribuição patronal			(12.420)	(11.041)
Ressarcimento proc trabalhistas			1.249	
Total de operações com ISBRE	(11.161)	(10.859)	(11.806)	(12.117)

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

27 Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido (IFRS)

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS) do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 utilizaram como data de transição 1º de janeiro de 2010. A Administração preparou o balanço patrimonial de abertura segundo o IFRS nessa data.

Balanço patrimonial consolidado: reconciliação em 31 de dezembro de 2016

	Nota explicativa	Saldo BR GAAP	GAAP de IFRS	Saldo IFRS
Disponibilidades		679.986		679.986
Ativos Financeiros ao valor justo no resultado		834.660		834.660
Ativos Financeiros disponíveis para a venda		393.157		393.157
Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento		1.045.915		1.045.915
Empréstimos e recebíveis	a	13.024.112	362.737	13.386.849
Ativos não correntes para a venda	e	13.880	810	14.690
Ativo tangível	d	21.314	13.970	35.284
Ativos intangíveis		8.816		8.816
Créditos tributários	b	429.735	(118.611)	311.124
Outros ativos		112.214		112.214
TOTAL DO ATIVO		16.563.789	258.906	16.822.695
Passivos financeiros ao custo amortizado		13.573.696		13.573.696
Provisões atuariais		100.842		100.842
Outras provisões	f	149.446	24.009	173.455
Passivos Fiscais	b	268.704	5.646	274.350
Outras obrigações		30.098		30.098
TOTAL DO PASSIVO		14.122.786	29.655	14.152.441
Capital social		971.670		971.670
Reservas e lucros acumulados		1.510.737	216.065	1.726.802
Ajustes ao valor de mercado	b	(41.404)	13.186	(28.218)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.441.003	229.251	2.670.254
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.563.789	258.906	16.822.695

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Balço patrimonial consolidado: reconciliação em 31 de dezembro de 2015

	Nota explicativa	Saldo BR GAAP	GAAP de IFRS	Saldo IFRS
Disponibilidades		384.505		384.505
Ativos Financeiros ao valor justo no resultado		969.199		969.199
Ativos Financeiros disponíveis para a venda		196.639		196.639
Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento		867.175		867.175
Empréstimos e recebíveis	a	12.124.845	183.745	12.308.590
Ativos não correntes para a venda	e	968	(455)	513
Ativo tangível	d	21.162	14.551	35.713
Ativos intangíveis		11.436		11.436
Créditos tributários	b	321.573	(64.329)	257.244
Outros ativos		108.730		108.730
TOTAL DO ATIVO		15.006.232	133.512	15.139.744
Passivos financeiros ao custo amortizado		12.221.949		12.221.949
Provisões atuariais		70.122		70.122
Outras provisões		141.543		141.543
Passivos Fiscais	b	201.343	5.908	207.251
Outras obrigações		28.357		28.357
TOTAL DO PASSIVO		12.663.314	5.908	12.669.222
Capital social		888.567		888.567
Reservas e lucros acumulados		1.476.151	120.675	1.596.826
Ajustes ao valor de mercado	b	(21.800)	6.929	(14.871)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.342.918	127.604	2.470.522
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.006.232	133.512	15.139.744

Os ajustes apresentados na coluna de efeito da transição IFRS são decorrentes dos mesmos assuntos apresentados nas letras (a) a (e) abaixo.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Demonstração consolidada do patrimônio líquido e resultado em 2016 e 2015

	Nota explicativa	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016	Ajuste de Avaliação Patrimonial	DRE de 01/01/2016 a 31/12/2016
De acordo com o BR GAAP		2.342.917	2.441.003	(19.603)	117.689
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:					
Perda com ativos financeiros	a	183.746	362.737		178.991
Perda com avais e fianças bancárias	f		(24.009)		(24.009)
Perda com ativos não correntes para a venda	e	(455)	810		1.265
Impostos diferidos		(70.237)	(124.257)	6.256	(60.276)
Depreciação e amortização	d	14.551	13.970		(581)
De acordo com o IFRS		2.470.522	2.670.254	(13.347)	213.079

	Nota explicativa	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015	Ajuste de Avaliação Patrimonial	DRE de 01/01/2015 a 31/12/2015
De acordo com o BR GAAP		2.068.068	2.342.917	11.861	262.988
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:					
Perda com ativos financeiros	a	219.353	183.746		(35.607)
Perda com ativos não correntes para a venda	e	(985)	(455)		530
Impostos diferidos		(75.992)	(70.237)	(3.666)	9.421
Depreciação e amortização	d	15.132	14.551		(581)
De acordo com o IFRS		2.225.576	2.470.522	8.195	236.751

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Isenções da Aplicação Retrospectiva Completa - Escolhidas pelo Banco

O Banco optou por aplicar no seu balanço de abertura a seguinte isenção com relação à aplicação retrospectiva:

- (i) Isenção do custo atribuído

O Banco optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2010. A aplicação dessa isenção está detalhada na letra (d).

A transição para o IFRS resultou nas seguintes mudanças nas políticas contábeis:

Descrição dos impactos resultantes das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e o IFRS

(a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, a constituição de provisões para risco de crédito segue as regras da Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que se baseia no conceito de "perda esperada". De acordo com as IFRSs, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito se baseia nos conceitos de "perda incorrida", que requer a identificação de evidência objetiva de redução de valor (impairment) como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro. As provisões para risco de crédito foram reduzidas pelo valor de R\$ 362.737 em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 – R\$ 183.745).

(b) Tributos diferidos

Os impostos diferidos ativos oriundos de diferenças temporárias, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil podem ser reconhecidos, mediante estudo técnico, desde que sua previsão de realização ocorra em até dez anos. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos todos os impostos diferidos e o seu valor recuperável deve ser testado periodicamente, independente do prazo de realização.

O IR (imposto de renda) e a CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) diferidos também foram contabilizados sobre as diferenças entre o BR GAAP e o IFRS quando aplicável.

(c) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e custos inerentes à originação das operações, segundo o método da taxa de juros efetiva

Até 1º de janeiro de 2010, o Banco adotava como prática contábil local o reconhecimento imediato no resultado de receitas e despesas de originação de operações de crédito.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

De acordo com os IFRSs, as receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação usando o método da taxa de juros efetiva, e amortizadas contra o resultado durante o período de vigência (exceto por operações de crédito classificadas na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado).

A Administração considera o efeito deste ajuste imaterial.

(d) Laudo de avaliação do ativo tangível

A administração utilizou o custo atribuído como isenção de custo de reposição com relação a certos bens do ativo tangível. Os laudos de avaliação realizados para edificações e terrenos, determinaram um valor justo de R\$ 28.910, representando um aumento de R\$ 18.036 em relação ao valor contábil de acordo com o contabilizado no BR GAAP registrado em contrapartida do patrimônio líquido. A realização deste valor se dá por depreciação, excetuando-se a reavaliação de terrenos.

Em 31 de dezembro de 2016 a diferença de prática contábil monta em R\$ 13.970 (31/12/2015 - R\$ 14.551).

(e) Ativos não correntes para venda

Os ativos não correntes para venda foram mensurados pelo menor entre o valor justo menos despesas necessárias para vender e o valor contábil na data em que foram classificados nessa categoria, sem a incidência de depreciação.

(f) Outras provisões

O BRDE possui, em 31 de dezembro de 2016, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta fiança no montante de R\$ 328.434 (31/12/2015 – R\$ 410.075). Nos termos das IFRSs, que prevê a utilização do modelo de mensuração de provisão baseado nos conceitos de "perda incorrida" e que requer a identificação de evidência objetiva de redução de valor (impairment) como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, o BRDE apurou a soma de R\$ 24.009 em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 – R\$ 0), como provisão desta natureza, devidamente registrado em conta passiva como contrapartida em resultado e apontado como diferença de prática contábil.

No BRGAAP, as perdas estimadas serão contabilizadas em janeiro de 2017 sob a forma de provisão em contrapartida à rubrica de "Lucros ou Prejuízos acumulados", conforme estabelecido pela Resolução BACEN nº 4.512/16.



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

28 Benefícios Pós-Emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O Banco possui dois planos: o Plano I, que é do tipo benefício definido, e o Plano II, que é um plano misto, com características de contribuição definida para alguns benefícios e de benefício definido para outros. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva, avaliado anualmente por atuário independente. Os participantes do Plano I contribuem com taxa única determinada no respectivo Plano de Custeio Atuarial e os participantes do Plano II com percentual por eles escolhido entre 3% e 20%. Além destes, o Banco também oferece plano de assistência médica, o P.A.S. - Programa de Assistência à Saúde, com características de benefício definido.

De acordo com os regulamentos dos planos, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

Plano I (Plano de Benefício Definido)

- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Auxílio Doença;
- Pensão por morte de ativos e aposentados;
- Pecúlio por Morte;
- Auxílio Reclusão;
- Abono Anual.

Estes benefícios levam em consideração o salário médio dos últimos meses (Salário Real de Benefício) e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial.

O plano está fechado para novas adesões, sendo oferecido apenas o Plano II aos novos empregados do BRDE.

Plano II (Plano de Contribuição Variável)

Benefícios programados:

- Benefício de Aposentadoria Normal;
- Benefício Proporcional Diferido;

Benefícios de risco:

- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Auxílio Doença.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

O benefício de aposentadoria não decorrente de invalidez leva em consideração o saldo acumulado em conta individual de cada participante, não gerando compromisso futuro a ser contabilizado. Os demais benefícios são calculados levando em consideração o salário médio dos últimos meses (Salário Real de Benefício) e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial, gerando um compromisso futuro.

O benefício de aposentadoria do Plano de Benefícios II não decorrente de invalidez não gera compromisso futuro a ser contabilizado por levar em consideração o saldo individual da conta de cada participante.

Os benefícios de risco (pensão por morte e auxílio doença) são de “benefício definido”, sendo custeados por percentual sobre o Salário de Contribuição ao ISBRE, descontado da contribuição efetuada pelo BRDE à sua Fundação. Esses recursos são destinados à constituição de um fundo para a cobertura desses riscos. Na hipótese, eventual, desses recursos não serem suficientes para a cobertura desses benefícios, o ISBRE poderá solicitar contribuição dos participantes e do patrocinador (BRDE) para o equilíbrio do plano.

Programa de Assistência à Saúde – P.A.S.

O BRDE possui programa de assistência à saúde que se enquadra nas premissas para classificação como benefício pós-emprego e que tem como objetivo proporcionar assistência médica, de forma subsidiada, aos seus beneficiários:

- Integrantes do Quadro Geral do Pessoal do BRDE, Diretores e seus dependentes;
- Ex-funcionários aposentados do Regulamento de Pessoal I e seus dependentes; e
- Dependentes de funcionários falecidos do Regulamento de Pessoal I.

Os beneficiários participam financeiramente com percentual de 20% a 50% das despesas, de acordo com sua faixa salarial ou benefício. O BRDE, por sua vez, participa com o percentual restante para completar 100% das despesas.

Os benefícios previstos são os seguintes:

- Consulta Médica;
- Exame Complementar;
- Tratamento Médico Especializado;
- Tratamento Ambulatorial; e
- Tratamento Médico Hospitalar.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Tais benefícios compreendem duas modalidades:

- Sistema de Livre Escolha: prestação dos serviços por profissionais ou entidades de livre escolha do beneficiário;
- Sistema de Convênio: prestação dos serviços por profissionais ou entidades contratadas ou conveniadas com o BRDE;

a) Resumo dos saldos passivos

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Plano de Benefícios II	178	
Plano de assistência médica - PAS	100.664	70.122
Total	100.842	70.122

b) Apuração do ativo/passivo atuarial

31/12/2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Ativo Líquido de Cobertura do Plano			
Valor justo dos ativos do plano	797.988	8.894	
Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos			
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	741.230	9.072	100.664
Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida)	(797.988)	(8.894)	
Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	(56.758)	178	100.664
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%
Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(56.758)	178	-
Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(56.758)	-	-
Perdas/(Ganhos) sobre o Teto de Ativo durante o exercício	-	-	-
Teto de Ativo ajustado	-	-	-
Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	-	-	-
Passivo/(ativo) atuarial já provisionado no exercício anterior	-	-	70.122
Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício	-	178	30.542

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

31/12/2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Ativo Líquido de Cobertura do Plano			
Valor justo dos ativos do plano	675.430	6.304	
Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos			
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	603.388	4.983	70.122
Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida)	(675.430)	(6.304)	
Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	(72.042)	(1.321)	70.122
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%
Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(72.042)	(1.321)	70.122
Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(72.042)	(1.321)	-
Perdas/(Ganhos) sobre o Teto de Ativo durante o exercício	-	-	-
Teto de Ativo ajustado	-	-	-
Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	-	-	-
Passivo/(ativo) atuarial já provisionado no exercício anterior	-	-	81.167
Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício	-	-	(11.045)

A avaliação atuarial resultou em ativo de benefício definido no Plano I. O BRDE reconhece que os benefícios econômicos futuros não estão disponíveis na forma de redução de contribuição ou restituição de caixa, não contabilizando ativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, não houve contabilização de ganhos e perdas para o Plano I.

No que se refere ao Plano de Benefícios II, houve reconhecimento de passivo atuarial de R\$ 178 (31/12/2015 – R\$ 0), pelo reconhecimento de receita de R\$ 520 e perda atuarial de R\$ 698.

Programa de Assistência à Saúde – P.A.S. registrou aumento do passivo atuarial em R\$ 30.452 no ano de 2016 (redução de R\$ 11.045 em 2015), pelo reconhecimento de perda de R\$ 24.106 e despesa de R\$ 6.436 (ganho de R\$ 17.978 e despesa de R\$ 6.933 em 2015).

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

c) Conciliação saldos do valor justo dos ativos

2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Valor justo dos ativos ao início do ano	675.430	6.304	-
Benefícios pagos durante o exercício	59.960	321	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	6.177		-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	6.177	807	-
Rendimento esperado dos ativos	95.932	953	-
Valor justo dos ativos esperado para o final do ano	723.756	7.743	-
Valor justo dos ativos apurado ao final do ano	797.988	8.893	-
(Ganhos)/Perdas sobre o Valor Justo dos Ativos	(74.232)	(1.150)	-

2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Valor justo dos ativos ao início do ano	687.238	5.007	-
Benefícios pagos durante o exercício	55.466	169	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	5.778		-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	5.779	757	-
Rendimento esperado dos ativos	87.260	693	-
Valor justo dos ativos esperado para o final do ano	730.589	6.288	-
Valor justo dos ativos apurado ao final do ano	675.430	6.304	-
(Ganhos)/Perdas sobre o Valor Justo dos Ativos	55.159	(16)	-

d) Demonstração do rendimento esperado dos ativos

2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Rendimento esperado de ativos acumulados do ano anterior	99.312	919	-
Rendimento sobre contribuições esperadas	877	57	-
Perda com pagamentos esperados de benefícios	(4.257)	(23)	-
Rendimento esperado dos ativos	95.932	953	-

2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Rendimento esperado de ativos acumulados do ano anterior	90.048	656	-
Rendimento sobre contribuições esperadas	734	48	-
Perda com pagamentos esperados de benefícios	(3.522)	(11)	-
Rendimento esperado dos ativos	87.260	693	-

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

e) Despesa total reconhecida no resultado da empresa

2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Custo do serviço corrente (com juros)	688	343	1.369
Contribuições de participantes	(6.177)		
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	84.462	704	9.963
Rendimento esperado dos ativos	(95.932)	(953)	
Juros sobre o efeito do teto de ativo	10.593	193	
Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	(6.366)	287	11.332
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	(6.177)	(807)	(4.896)
Total da despesa (receita) adicional	(12.543)	(520)	6.436

2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Custo do serviço corrente (com juros)	924	356	1.595
Contribuições de participantes	(5.779)		
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	77.450	424	10.319
Rendimento esperado dos ativos	(87.260)	(693)	
Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	(14.665)	87	11.914
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	(5.779)	(757)	(4.981)
Total da despesa (receita) adicional	(20.444)	(670)	6.933

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

f) Evolução do valor presente das obrigações atuariais

2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Valor das obrigações atuariais ao início do ano	603.388	4.983	70.122
Custo do serviço corrente	688	343	1.369
Juros sobre obrigação atuarial	84.462	703	9.963
Benefícios pagos no ano	59.960	320	4.896
Obrigações atuariais esperadas para o final do ano	628.578	5.709	76.558
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	741.230	9.072	100.664
(Ganhos)/Perdas sobre as Obrigações atuariais	112.652	3.363	24.106

2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Valor das obrigações atuariais ao início do ano	617.968	3.315	81.167
Custo do serviço corrente	924	356	1.595
Juros sobre obrigação atuarial	77.450	424	10.319
Benefícios pagos no ano	55.466	169	4.981
Obrigações atuariais esperadas para o final do ano	640.876	3.926	88.100
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	603.388	4.983	70.122
(Ganhos)/Perdas sobre as Obrigações atuariais	(37.488)	1.057	(17.978)

g) Demonstração do custo de juros sobre as obrigações atuariais

2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Despesa de juros sobre obrigação atuarial do ano anterior	88.719	726	10.310
Juros sobre pagamentos esperados de benefícios	(4.257)	(22)	(347)
Juros sobre as obrigações atuariais do ano corrente	84.462	704	9.963

2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Despesa de juros sobre obrigação atuarial do ano anterior	80.972	435	10.635
Juros sobre pagamentos esperados de benefícios	(3.522)	(11)	(316)
Juros sobre as obrigações atuariais do ano corrente	77.450	424	10.319

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

h) Categoria dos ativos do plano

31/12/2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Disponível	0,00%	0,02%	0,00%
Renda variável	0,03%	0,03%	0,00%
Fundos de investimentos	96,29%	93,88%	0,00%
Investimentos imobiliários	2,01%	0,88%	0,00%
Realizável - gestão previdencial e administrativa	0,72%	1,38%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	0,95%	3,81%	0,00%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	0,00%

31/12/2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Disponível	0,01%	0,00%	0,00%
Renda variável	0,04%	0,03%	0,00%
Fundos de investimentos	95,92%	91,50%	0,00%
Investimentos imobiliários	2,09%	1,08%	0,00%
Realizável - gestão previdencial e administrativa	0,82%	2,37%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	1,12%	5,02%	0,00%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	0,00%

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

i) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

31/12/2016	Plano I	Plano II	P.A.S.
Financeiras			
Taxa de juros de desconto real atuarial - anual	5,78 % a.a.	5,78 % a.a.	5,78 % a.a.
Projeção de aumento real dos custos de saúde (real)	N/A	N/A	3,52 % a.a.
Taxa de inflação real - média anual	4,85 % a.a.	4,85 % a.a.	4,85 % a.a.
Fator de capacidade	98,20%	100,00%	N/A
Expectativa de retorno dos ativos do plano (nominal)	10,91% a.a.	10,91% a.a.	N/A
Demográficas			
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado	Não aplicado
Tábua de mortalidade geral	AT - 2000 M suavizada em 10%	AT - 2000 M suavizada em 10%	AT - 2000 M suavizada em 10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	MI – 85M	MI – 85M	MI – 85M
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS
Idade de aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade	
Composição familiar	Família Média: 75% casados e 4 anos de diferença de idade entre cônjuges	Família Média: 75% casados e 4 anos de diferença de idade entre cônjuges	Família real, conforme base populacional à época da avaliação

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

31/12/2015	Plano I	Plano II	P.A.S.
Financeiras			
Taxa de juros de desconto real atuarial - anual	7,34 % a.a.	7,22 % a.a.	7,34 % a.a.
Projeção de aumento real dos custos de saúde (real)	N/A	N/A	3,51 % a.a.
Taxa de inflação real - média anual	6,86 % a.a.	6,86 % a.a.	6,86 % a.a.
Fator de capacidade dos salários	98,20%	100,00%	
Expectativa de retorno dos ativos do plano (nominal)	14,70 % a.a.	14,58 % a.a.	N/A
Demográficas			
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado	Não aplicado
Tábua de mortalidade geral	AT - 2000 M suavizada em 10%	AT - 2000 M suavizada em 10%	AT - 2000 M suavizada em 10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	MI – 85M	MI – 85M	MI – 85M
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS
Idade de aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade	
Composição familiar	Família Média: 75% casados e 4 anos de diferença de idade entre cônjuges	Família Média: 75% casados e 4 anos de diferença de idade entre cônjuges	Família real, conforme base populacional à época da avaliação

j) Análise de sensibilidade

A obrigação de benefício definido teria sido afetada por mudanças em premissa atuarial relevante em 2016 e 2015 conforme segue:

Na avaliação referente a 2016:

Taxa de desconto (impacto nas obrigações)

	Plano I	Plano II	P.A.S.
Aumento de 0,5%	(31.895)	(614)	(5.625)
Redução de 0,5%	34.537	690	6.195

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Expectativa de vida

	Plano I	Plano II	P.A.S.
Redução de 1 ano	(10.957)	132	(4.000)
Aumento de 1 ano	10.909	(121)	4.048

Na avaliação referente a 2015:

Taxa de desconto (impacto nas obrigações)

	Plano I	Plano II	P.A.S.
Aumento de 0,5%	(23.852)	(308)	(3.658)
Redução de 0,5%	25.703	342	4.012

Expectativa de vida

	Plano I	Plano II	P.A.S.
Redução de 1 ano	(7.467)	87	(2.415)
Aumento de 1 ano	7.373	(79)	2.420

k) Despesa total a ser reconhecida no resultado da empresa em 2017

	Plano I	Plano II	P.A.S.
Custo do serviço corrente (com juros)	454	493	1.760
Contribuições esperadas dos participantes	(6.711)		
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	77.310	962	10.663
Rendimento esperado dos ativos	(84.215)	(1.004)	
Juros sobre o efeito do teto de ativo	6.192		
Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	(6.970)	451	12.423
Contribuições esperadas do empregador	(6.711)	(1.155)	(6.018)
Total da despesa (receita) adicional	(13.681)	(704)	6.405

* * *

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

DIRETORIA

- Diretor-Presidente ➤ **ODACIR KLEIN**
- Vice-Presidente e Diretor Administrativo ➤ **ORLANDO PESSUTI**
- Diretor de Operações ➤ **JOÃO LUIZ AGNER REGIANI**
- Diretor de Planejamento ➤ **LUIZ CORRÊA NORONHA**
- Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos ➤ **NEUTO FAUSTO DE CONTO**
- Diretor Financeiro ➤ **RENATO DE MELLO VIANNA**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente ➤ **ODACIR KLEIN**
- Representantes do Estado do Paraná ➤ **OGIER ALBERGE BUCHI**
➤ **VALMOR WEISS**
- Representantes do Estado de Santa Catarina ➤ **CELSO ANTÔNIO CALCAGNOTTO**
- Representantes do Estado do Rio Grande do Sul ➤ **RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI**
➤ **THIAGO ROCHA MOYSÉS**

FABIANO MEASSI
Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6
CPF – 899.528.120-00

